



1 **APROVADA EM 26/01/2022.** ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO GRUPO DE TRA-
2 BALHO DE ACOMPANHAMENTO DO PLANO DE RECURSOS HÍDRICOS DA BAÍA DE
3 GUANABARA DO COMITÊ DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E
4 DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ –GRAVAÇÃO DISPONÍ-
5 VEL – No dia 18 de agosto de 2021 , quarta-feira às 13h por videoconferência, reuniu-se a
6 Plenária do CBH-BG com a seguinte pauta: **1) Apreciação das atas de 01/06/2021 e**
7 **06/07/2021; 2) Validação da matriz de ações e programas do RP07 do PRH-BG pós**
8 **oficina e metodologia para priorização das ações e programas.** A reunião se inicia. **1)**
9 **Apreciação das atas de 01/06/2021 e 06/07/2021:** As atas foram aprovadas. **2) Validação**
10 **da matriz de ações e programas do RP07 do PRH-BG pós oficina e metodologia para**
11 **priorização das ações e programas:** João Coimbra projeta a Matriz de Programas e
12 ações atualizados e fala a respeito dos programas e ações base da empresa do RHA. Maria
13 Lobo questiona se a Agenersa e CBH-BH serão ambos acompanhados na fiscalização da
14 prestação dos serviços públicos. João conta sobre a sugestão de alteração do subcomitê
15 leste para monitoramento e controle social dos contratos de concessão. Maria chama aten-
16 ção para a desigualdade entre pessoas brancas e pretas em relação a saneamento, se-
17 gundo a pesquisa do IBGE. Sugere que esta pauta seja incluída, e a questão do financia-
18 mento de ações, pesquisas acadêmicas e de extensão relacionadas, e empoderamento
19 feminino e da juventude. José Paulo rebate argumentando que tais pontos não fazem parte
20 do central dos recursos hídricos, porém, pode fechar uma parceria com essas comunidades.
21 Flávia Larini concorda que a questão da água em si é mais importante. Luiz Constantino
22 recomenda inserir como tema nas atividades de pesquisa financiada. Maria concorda com
23 o foco no recurso hídrico, mas atenta que espalhar conhecimento também é uma forma de
24 empoderamento. Recomenda convidar membros de movimentos sociais para mais repre-
25 sentatividade. Aponta também a inclusão da participação civil no CBH-BG de maneira di-
26 versificada, na ação 1.1.g(aba governança). José Paulo alerta que, segundo a própria cons-
27 tituição, a abordagem de pauta social não se encaixa no perfil de pauta de meio ambiente
28 e recursos hídricos. Maria reforça a importância da representatividade direta na integração
29 da agenda de 2030. Fica decidido que os pontos 1.5.e. e 1.5.f.(aba governança) serão re-
30 movidos, porém será solicitado que a empresa aborde os temas de uma ficha descritiva de
31 outro programa de saneamento e meio ambiente. José Paulo pede que a ação 1.4.a.(aba
32 governança) sobre o canal próprio de comunicação do CBH-BG, seja retirada. A ação
33 1.5.a.(governança), alterada, a respeito dos convênios com pesquisas, programas e insti-
34 tuições de ensino interessadas em gestão de recursos hídricos, é aprovada como redação
35 final. A ação 1.6.a.(aba governança) do Mapeamento das áreas irregulares não urbanizadas,
36 destacasse a definição de “irregulares” segundo o caderno de encargos, mas se mantenha
37 o programa. José Paulo recomenda indicar os autores na ação 1.6.a.(aba governança).
38 Luiz sugere a definição das peri urbanas na ação 1.6.a.(aba governança). Maria pede para
39 incluir a participação do conselho da Monitoria da concessão na ação 1.6.d.(Aba gover-
40 nança). Cynthia Souza conta sobre a solicitação, na reunião com o Ministério, em que o
41 comitê de Baía de Guanabara não fosse um dos membros do GT, já que o comitê é o foro
42 reconhecido por decreto para discussão de recursos hídricos da região. Segue falando que
43 os Stakeholders solicitem a participação de um GT dentro do comitê. João fala sobre a
44 sugestão na reunião do Subcomitê Oeste, a implementação de indicadores de governança
45 do CBH-BG, e não das águas, para evitar injeção dos indicadores. Maria indica trocar a
46 palavra “implementação” por “monitoramento” de indicadores de governança do CBH-BG
47 na ação 1.2.e. (aba governança). Jacqueline Guerreiro Aguiar rebate esclarecendo que a
48 proposta apontada por Maria, foi definida na reunião do Oeste. Maria explica sua sugestão
49 dizendo que é a favor da inclusão de outros indicadores de governança não contemplados
50 pela Org. João muda a ação 1.6.e.(aba governança) para o programa de Fortalecimento do



51 CBH-BG. Cynthia informa que o mangue está contemplado na mudança do texto de lagoas
52 costeiras para sistemas Lagunares. Maria comenta a questão da poluição da Baía de Gua-
53 nabara em razão da exploração de petróleo, navios de carga e turismo, que não está no
54 termo de referência. José Paulo recomenda inserir o Grupo de Trabalho ou Câmara Técnica
55 costeira criada para debater tais aspectos. Mayná Coutinho sugere incluir Grupos de Esco-
56 teiros do Mar e pescadores artesanais na ação 1.7.f.(aba governança) de apoio. Maria dis-
57 corda da ação de enquadramento de corpos hídricos. José Paulo recomenda salientar de
58 forma genérica que apenas Maricá e Rio de Janeiro possuem o termo de sessão de gestão
59 de recursos hídricos. Maria propõe, a respeito do enquadramento já citado por ela, a pro-
60 moção de um edital para uma nova proposta de enquadramento excluindo a classe 4. Flávia
61 recomenda ter como pauta da segurança hídrica. José Paulo sugere trocar a sugestão de
62 Eloísa para a ação 3.1.2.d. (aba Compatibilização). Maria solicita incluir o curso de enqua-
63 dramento de balanço hídrico na coluna de enquadramento como parte do edital. João in-
64 forma que houve um diagnóstico das vazões de referência e que há apenas a estação em
65 Macacu com valor suficiente acumulado para o cálculo usado pelo estado. É adicionada
66 uma ação sobre Modelagem/Monitoramento hidrológica a partir do monitoramento existente
67 e previsto, 2.2.h., sendo o CBH-BG e o INEA como os responsáveis e um comentário de
68 subsidiar cálculos das vazões de referência (aba Instrumento de gestão). José Paulo pede
69 para adicionar, como observação na ação 3.4.d., a verificação do relatório do GT Segurança
70 hídrica do Leste e o monitoramento previsto no edital de monitoramento. Jacqueline co-
71 menta a respeito da Lei de 2017, que coloca que as escolas devem falar a respeito da água
72 no currículo escolar do Rio de Janeiro, sobre a questão da Educação Ambiental. José Paulo
73 recomenda realizar um acompanhamento e fortalecimento das escolas que realizam proje-
74 tos sobre água na Educação Ambiental na Baía de Guanabara e incluir como uma nova
75 ação, 4.2.1.c. Jacqueline explica a diferença entre educação ambiental formal e não formal.
76 Maria lê um trecho do estudo de Referência de Fábio Scarano da UFRJ. Pede para que a
77 ação 4.3.1.i., Elaboração de Plano Diretor Florestal, deva ficar próximo ao 4.3.1.f, Projetos
78 de restauração florestal. José Paulo informa a sugestão de Nair em deslocar todas as pau-
79 tas referentes a conversão ambiental para temas de educação ambiental. João muda as
80 ações 4.3.1.h, Desenvolvimento de ações visando a preservação das linhas e calhas de
81 drenagem naturais, e 4.3.1.j., para a coluna 3.1.4., Melhoria das Gestão de Drenagem Ur-
82 bana (aba compatibilidade). Sugere alterar o título da coluna 3.1.4, para Melhoria da Gestão
83 do manejo de águas fluviais e drenagem urbana, como escrito na Lei de Saneamento.(aba
84 compatibilização). Conta também da indicação de Nair em desmembrar a ação 4.3.2.b (aba
85 conservação) em duas ações, visto que há diferença entre as APPs em áreas urbanas e
86 APPs em áreas rurais. Sugere, com base nesta recomendação, especificar as áreas na
87 ficha técnica. José Paulo recomenda retirar ação sobre a segurança na UCs, 4.3.1.a.(aba
88 conservação). João comenta o desejo do Ministério Público de informações sobre Maricá a
89 respeito do Plano de Recursos Hídricos. José Paulo relembra os outros pedidos do Minis-
90 tério Público, envio do diagnóstico e prognósticos e a tabela de programas e ações finali-
91 zada. Recomenda enviar a tabela somente após ser finalizada pelo RHA. João comenta da
92 ação 1.1.i.(aba governança) acrescentando pela RHA, sobre a participação do Ministério
93 Público no acompanhamento dos TACs. A reunião chega ao fim às 17h41.

94
95 José Paulo Azevedo

96 **Coordenador do Grupo de Trabalho de Acompanhamento do Plano de Recursos Hí-**
97 **dricos da Baía de Guanabara**

98
99 **Encaminhamentos:**

- 100 1) Publicação das atas aprovadas.

Rua da Quitanda, nº 185, sala 402, Centro, Rio de Janeiro/RJ, Brasil, CEP: 20.091-005

Telefone: (21) 2531-0309 / Celular (21) 97374-3674 / E-mail: cbhbaideguanabara@gmail.com



- 101 2) Enviar a matriz de ações e programas analisada e validada pelo GTA Plano bem
102 como repassar as considerações resultantes da reunião do dia 18/08 para a RHA
103 Engenharia e Consultoria prosseguir com a elaboração e consolidação do RP07 do
104 PRH-BG.

105

106 **Lista de presença:**

- 107 Viva Cosme Velho - Maria Lobo; Apalma - Flávia Lanari Coelho; OMA Brasil - Jacqueline
108 Guerreiro; CEDAE - Mayna Coutinho Moraes; INEA - Luiz Constantino; Instituto Terrazul -
109 Cynthia Souza; OMA – Brasil - José Paulo Azevedo; OAB – Barra - Christianne Bernardo;
110 Secretaria Executiva (Agevap): Lucas Pacheco; Lohana Cristina; Patrick Moraes; João
111 Coimbra; Lucas Pacheco Charles; Carolina Martins.